

Bancos reagem à proposta do Brasil

Manoel Francisco Brito
Correspondente

NOVA IORQUE — A proposta brasileira para o pagamento da dívida externa provocou perplexidade entre os bancos privados credores. Até as 20h de ontem, não havia terminado a segunda reunião, iniciada às 16h40, entre a delegação do governo Collor e o Comitê Assessor de negociação da dívida, que representa mais de 500 bancos americanos, europeus e japoneses. Um banqueiro estrangeiro, que saiu antes do término e não quis se identificar, antecipou que “não haverá um comunicado oficial sobre o resultado da reunião”. Ele informou também que “ainda não existe negociação entre os credores privados e o Brasil” e que “não há data marcada para uma nova reunião”.

Essas declarações extra-oficiais mostram que o Brasil enfrentará dificuldades para impor seus termos. Na opinião do embaixador para a dívida externa, Jório Dauster, esta reação já era esperada pelo governo brasileiro. Segundo ele, “é normal que os banqueiros fiquem assustados, pois os conceitos da nossa proposta são inovadores.” Dauster explicou, ao entrar na reunião, que “a proposta que apresentamos usa o discurso do Plano Brady no sentido de que a dívida é impagável, mas rejeita o conceito de que o Brasil deve reduzir o estoque de sua dívida externa”. Ou seja, o governo brasileiro deseja administrar a dívida levando em consideração, principalmente, a situação de falta de liquidez que o país enfrenta.

Telefonemas — Dauster afirmou que já contava com a reação dos banqueiros e deixou claro que dificilmente eles rejeitariam o todo da proposta brasileira, como também não a aceitariam integralmente. “Se eles tivessem aceito a nossa proposta, nós deveríamos ser encarcerados, porque a proposta certamente seria ruim para os interesses do Brasil”, ironizou o embaixador.

O secretário nacional de Política Nacional, Antônio Kandir, deixou a reunião às 19h30m, explicando que precisava dar alguns telefonemas para o Brasil.

Com pressa, foi sucinto em suas declarações, pouco revelando sobre a reunião. De acordo com Kandir, “algumas idéias contidas na proposta brasileira não foram rejeitadas, outras sofreram qualificações”. Perguntado se a não rejeição significava aceitação, ele ficou calado. Kandir também não entrou em detalhes sobre as qualificações feitas pelos representantes dos bancos.

Estranhou-se no prédio do Citibank o fato de não ser emitido um comunicado oficial sobre a reunião. Acontece que, tradicionalmente, o comunicado oficial é um indicativo de que as negociações irão começar de acordo com as bases da proposta do país devedor. A verdade é que os banqueiros exigem tempo para analisar a proposta brasileira. Ontem, em Nova Iorque, eles passaram o dia em silêncio. É óbvio que, diante das inovações, os banqueiros sentiram a necessidade de estudar a fundo os termos apresentados pelo Brasil.

Deságio — No mercado financeiro de Nova Iorque, comentava-se que o Brasil não teria mais de US\$ 1,5 bilhão para pagar seus compromissos em 1991 e 1992. Nesta cifra prevista, incluem-se US\$ 900 milhões dos juros da dívida do setor público e US\$ 300 milhões de juros atrasados, que, embora incluídos na dívida, ganhariam um tratamento especial. Além disso, cálculos preliminares apontavam que, caso o acordo seja concluído e os leilões venham a ser realizados, o deságio da dívida brasileira de longo prazo poderá ficar entre 30% e 35%.

Para o embaixador Dauster, qualquer projeção, neste momento, não passa de especulação. “Não é possível fazer cálculos agora, mesmo porque a cotação dos títulos da dívida brasileira está muito deprimida”, disse ele. Dauster acredita que, ocorrendo o acordo e a retomada dos pagamentos, “a coisa poderá mudar”. Ontem, no mercado novaiorquino, as cotações dos títulos do Brasil oscilaram bastante. Para o preço básico de um dólar, o mercado abriu a 26 centavos de dólar, caiu em seguida para 21 centavos, recuperando-se para 24 dólares no fechamento. Portanto, enquanto o acordo não sai, o deságio dos papéis brasileiro continua acima de 70%.